

portugal,
uma retrospectiva
1290-500_{a.c.}

portugal, uma retrospectiva 1290-500_{a.C.}

PEDRO BARROS, MARIA FILOMENA COELHO,
FERNANDO BRANCO CORREIA, MÁRIO FARELO,
TIAGO VIÚLA DE FARIA, LÍDIA FERNANDES,
PAULO ALMEIDA FERNANDES, MANUEL PEDRO FERREIRA,
AMÍLCAR GUERRA, SANTIAGO MACÍAS, MIGUEL GOMES MARTINS,
RUI MATALOTO, JOANA RAMÔA MELO, MARIA DO ROSÁRIO MORUJÃO,
LEANDRO RUST, GIULIA ROSSI VAIRO

DIRECÇÃO DE RUI TAVARES

PÚBLICO & TINTA-DA-CHINA | LISBOA MMXXII

Apesar de os editores desta colecção optarem pela norma ortográfica anterior ao Acordo Ortográfico de 1990, respeitou-se, em cada capítulo, a opção ortográfica dos respectivos autores.

© 2022, PÚBLICO Comunicação Social SA
e Edições tinta-da-china, Lda

PÚBLICO
Edifício Diogo Cão, Doca de Alcântara Norte
1350-352 Lisboa
Tels: 210 111 357 | 93 268 0312
Email: coleccoes@publico.pt
Loja online: www.loja.publico.pt
www.publico.pt

TINTA-DA-CHINA
Palacete da Quinta dos Ulmeiros
Alameda das Linhas de Torres, 152 - E.10
1750-149 Lisboa - Portugal
Tels: 21 726 90 28 | 29
E-mail: info@tintadachina.pt
www.tintadachina.pt

Título: *Portugal, uma retrospectiva: 1290-500 a.C.*
Direcção: Rui Tavares
Autores: Pedro Barros, Maria Filomena Coelho,
Fernando Branco Correia, Mário Farelo,
Tiago Viúla de Faria, Lídia Fernandes,
Paulo Almeida Fernandes, Manuel Pedro Ferreira,
Amílcar Guerra, Santiago Macias,
Miguel Gomes Martins, Rui Mataloto,
Joana Ramôa Melo, Maria do Rosário Morujão,
Leandro Rust, Giulia Rossi Vairo
Assistência à coordenação científica: Maria Carla Araújo
Revisão: Tinta-da-china
Composição: Tinta-da-china
Capa: Tinta-da-china (V. Tavares), a partir de imagem
da estela da Abóbada, Almodôvar (Idade do Ferro)

1.ª edição: Novembro de 2022

ISBN 978-989-671-726-1
Depósito Legal 506855/22

ÍNDICE

1290	11
<i>Giulia Rossi Vairo, Joana Ramôa Melo, Manuel Pedro Ferreira, Mário Farelo, Tiago Viúla de Faria</i>	
Introdução	15
1 Um ano de nadas: Portugal, o Algarve e outros reinos	22
2 Lisboa nos finais do século XIII: da cidade à universidade	36
<i>Um processo de constituição</i>	40
<i>A cidade de Lisboa em finais do século XIII</i>	43
<i>O quotidiano de um escolar</i>	46
3 O cantar dos trovadores: carta fictícia de Dom Dinis	49
4 Nos primórdios da «queenship» em Portugal: Beatriz Afonso (1244-1300) e o seu rasto	76
5 O mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas, primeiro Panteão Régio no reino do Portugal medievo	90
<i>A fundação do mosteiro</i>	92
<i>A instituição do Panteão Régio</i>	94
<i>O projeto monumental dos reis Dinis e Isabel</i>	98
<i>A separação na morte dos reis Dinis e Isabel</i>	101
Notas	104
Fontes e bibliografia	105

1179

111

*Maria Filomena Coelho, Leandro Rust,**Miguel Gomes Martins, Maria do Rosário Morujão*

1	De 1179 a 1128: retrazando os limites da nossa história	117
	<i>Interpretações do passado</i>	119
	<i>Um reino e um rei «manifestamente provados»</i>	120
	<i>Um reino de redes políticas</i>	124
	<i>O que dizem os documentos</i>	126
	<i>Rei português de aristocratas portuguesas</i>	132
	<i>A identidade portuguesa nasce da vassalagem ao rei de Portugal</i>	138
2	Quando o reino revelou o rei: o papado e a formação de Portugal	140
	<i>1179: o ano que durou três décadas</i>	140
	<i>Bispos, cavaleiros e papas: a concorrência como harmonia social</i>	145
	<i>O papado não esquece: Braga e as tensões do poder eclesiástico</i>	152
3	A guerra na formação do reino de Portugal	162
	<i>1179: o ano de todas as ameaças</i>	162
	<i>A guerra que fez um rei</i>	168
	<i>A guerra que construiu um território</i>	171
	<i>A prática da guerra no reinado de Afonso Henriques</i>	178
	<i>Em jeito de balanço</i>	187
4	Coimbra em 1179	188
	<i>A Gesta de Afonso Henriques e o bispo negro de Coimbra</i>	190
	<i>Aeminium, Qulumriya e Coimbra moçárabe</i>	192
	<i>Coimbra e a reforma gregoriana</i>	197
	<i>D. Raimundo, D. Henrique e o fim do moçarabismo em Coimbra</i>	200
	<i>Coimbra e D. Afonso Henriques</i>	203
	Notas	209
	Fontes e bibliografia	211

929

215

Fernando Branco Correia, Santiago Macías

	Introdução	219
1	Contexto histórico	222
	<i>De fugitivo a emir: a aventura de um omíada</i>	231
	<i>Revoltas no ocidente</i>	232
	<i>Soberano em ascensão</i>	235
2	territórios, espaços urbanos e rurais	238
	<i>As kuras, ou circunscrições</i>	239
	<i>O ocidente ibérico no fim do califado</i>	240
	<i>As taifas</i>	242
	<i>Muralhas de tradição antiga</i>	249
	<i>Os almóadas e a aposta numa nova arquitectura</i>	251
3	Recursos, economia e comércio	254
	<i>Paisagem</i>	254
	<i>Agricultura, pecuária e hidráulica</i>	257
	<i>Recursos florestais</i>	260
	<i>Mel</i>	261
	<i>Construção naval</i>	261
	<i>Pecuária</i>	262
	<i>Caça</i>	263
	<i>Mineração e pedreiras</i>	264
	<i>Pedras e pedreiras</i>	266
	<i>Pesca</i>	266
	<i>Âmbar</i>	268
	<i>Comunicações: novidades e trocas</i>	268
4	Urbanismo e habitação	270
	<i>Bairros e casas do período islâmico</i>	276
	<i>Como se faziam as casas</i>	282
5	Uma nova sociedade e um novo quotidiano	285
	<i>Um novo quotidiano, entre fogo e água</i>	290

<i>Águas e saneamento</i>	297		
<i>Banhos e águas termais</i>	298		
6 Espaços religiosos e funerários	300		
<i>Religião</i>	300		
<i>Arrábitas e oratórios</i>	305		
<i>As minorias cristã e judaica: igrejas e sinagogas</i>	308		
<i>Espaços mortuários</i>	309		
<i>Cemitérios urbanos e rurais</i>	312		
<i>Mourarias</i>	314		
Notas	316		
Bibliografia	317		
585	323		
<i>Paulo Almeida Fernandes</i>			
1 A ilusão de unidade	327		
<i>Como sabemos aquilo que julgamos saber sobre esta época</i>	332		
<i>Heterogeneidade de uma Península Ibérica a várias velocidades</i>	335		
2 O tempo dos suevos: narrativa de um reino	344		
<i>A emergência de uma monarquia fulgurante</i>	344		
<i>A fase ariana</i>	352		
<i>São Martinho de Dume e a conversão ao catolicismo</i>			
<i>da família real sueva</i>	353		
<i>Braga: evolução de uma cidade «capital»,</i>			
<i>sede régia e metrópole eclesiástica dos suevos</i>	363		
3 O tempo dos visigodos	373		
<i>O último imperador romano na Hispânia</i>	373		
<i>O «intervalo ostrogodo»</i>	377		
<i>«Gloria patri per filium in spiritu sancto»:</i>			
<i>o tempo de Leovigildo e o apoio ao arianismo</i>	381		
<i>Hermenegildo: o primeiro rei de Sevilha</i>	391		
		4 Ambições de um tempo efémero	397
		<i>«Tómoulhe Leonagildo o reyno e meteuho</i>	
		<i>em o senhorio dos Godos»: a anexação do reino suevo</i>	397
		<i>O Terceiro Concílio de Toledo e a unificação religiosa</i>	
		<i>sob o reinado de Recaredo</i>	401
		<i>Conímbriga e Coimbra: transferência</i>	
		<i>diocesana para um reino unificado?</i>	406
		<i>O último século visigótico: dispersão e autodestruição</i>	409
		Notas	417
		Bibliografia	418
		57	423
		<i>Lídia Fernandes</i>	
		1 O ano de 57 d.C.: uma questão de datas	427
		2 As longínquas origens de Roma	431
		3 O que era a Lusitânia?	440
		4 <i>Felicitas Iulia Olisipo</i> (Lisboa): uma cidade na Lusitânia	451
		5 A cidade portuária de <i>Felicitas Iulia Olisipo</i>	467
		6 Em Roma: um novo imperador e um novo anfiteatro	479
		7 A carta de São Paulo: o nascimento do cristianismo,	
		ou mais uma de tantas religiões orientais	486
		8 Ainda mais para oriente: um outro mundo na China	493
		9 Inglaterra: um nome para uma futura capital	501
		10 Construções em terra, ou a arte maior	
		no continente americano	504
		Notas	508
		Bibliografia	509

500 a.C.	515
<i>Amílcar Guerra, Rui Mataloto, Pedro Barros</i>	
1 A aventura da escrita	519
2 O final da idade do bronze entre o Mediterrâneo e o Atlântico: sociedades abertas, modelos transeuropeus	529
3 A chegada do Mediterrâneo! Fenício? Qual fenício? O mundo novo dos tírios e outros homens de mar	533
4 O apelo da urbanidade: a criação da sociedade fenícia ocidental	536
5 Uma nova ruralidade: a cidade e o campo	545
6 Campos de letras: paisagens funerárias, identidades e escrita até 500 a.C.	553
7 A escrita no contexto cultural do Mediterrâneo antigo	562
<i>As estelas epigrafadas do sudoeste</i>	563
<i>A escrita do sudoeste</i>	575
<i>A língua das inscrições</i>	584
<i>Escrita e contexto cultural</i>	587
<i>Os antecedentes desta escrita</i>	590
<i>O fim das estelas epigrafadas e a continuidade da escrita</i>	591
Bibliografia	593
Epílogo	596
Notas biográficas	615
Créditos	621

1290

GIULIA ROSSI VAIRO, JOANA RAMÔA MELO,
MANUEL PEDRO FERREIRA, MÁRIO FARELO,
TIAGO VIÚLA DE FARIA

CRONOLOGIA 1385-1290

- 1383** Morte de D. Fernando I, dando origem a uma crise sucessória.
- 1377** Início do Grande Cisma.
- 1373** Tratado de aliança entre as coroas de Portugal e Inglaterra.
- 1372** Contrariando os usos, Fernando I de Portugal casa com uma nobre portuguesa, Leonor Teles de Menezes.
- 1371** Criação da bolsa de seguro marítimo.
- 1369** Assassinato de Pedro I de Castela e início das Guerras Fernandinas.
- 1354** Morte de D. Pedro, conde de Barcelos.
- 1348** Peste Negra chega a Portugal.
- 1341** Direitos sobre as Ilhas Canárias disputados entre Castela e Portugal.
- 1340** Batalha do Salado.
- 1337** Início da Guerra dos Cem Anos (data convencionada).
- 1319** Fundação da Ordem de Cristo.
- 1308** Tratado comercial entre Portugal e Inglaterra.
- 1293** Criação de uma bolsa de mercadores em Portugal.

Na segunda das polifonias medievais desta coleção, um coletivo de historiadores dedica-se a um ano de consolidação na história da primeira dinastia portuguesa: 1290 é desde logo o ano da fundação da universidade — ou melhor, dos Estudos Gerais, sediados primeiramente em Lisboa — por Dom Dinis, tal como é também o ano do nascimento da infanta Dona Constança, que viria a ser rainha de Castela, e o ano de levantamento do interdito eclesiástico imposto por Roma a Portugal um quarto de século antes.

Se, como dizem os autores deste capítulo, nenhum destes acontecimentos parece ter a carga simbólica da tomada de Lisboa em 1147 ou da Batalha de Aljubarrota em 1385, a verdade é que 1290 marca um tempo de consolidação talvez mais importante: no reinado de Dom Dinis o país alcançava (mais ou menos) as suas fronteiras definitivas no continente europeu, os Estudos Gerais passaram a formar elites académicas e a incluir Portugal na rede de universidades medievais europeias e, em paralelo, a língua portuguesa foi-se convertendo gradual e irreversivelmente na língua «oficial» do reino.

Neste capítulo, Tiago Viúla de Faria sintetiza o estado da política interna e externa do reino num momento em que Dom Dinis tem 29 anos e não sabe ainda que o seu reinado será um dos mais longos da dinastia. Mário Farelo traça-nos um quadro da vida na cidade de Lisboa, em particular na sua relação com a universidade que viria a ser de Lisboa, primeiro, e de Coimbra, depois. Joana Ramôa Melo apresenta-nos à invulgar figura política (e diplomática)

da rainha Dona Beatriz, mãe de Dom Dinis e filha de Afonso X, o Sábio, de Castela. Finalmente, Giulia Rossi Vairo estuda a posteridade de Dom Dinis e da «Rainha Santa» Dona Isabel a partir da tentativa de estabelecimento de um Panteão Real em Odivelas, num capítulo que fica marcado pela especialíssima contribuição de Manuel Pedro Ferreira: uma colagem de documentos a partir da qual se compõe uma carta fictícia de Dom Dinis sobre o cantar dos trovadores.

Se é verdade que 1290 não parece ter sido marcado, com exceção da fundação da universidade, por nenhum acontecimento revolucionário, não será menos verdade que precisamente a fundação da universidade — juntamente com a consolidação das fronteiras e um certo redirecionamento político para o reforço da organização e administração do reino — nos permite dizer que este ano faz parte de um período charneira na história de Portugal. Afinal, na vida individual como na coletiva, nós não somos feitos apenas dos nossos momentos de rutura ou deslocamento, mas talvez mais até das nossas fases de sedimentação e amadurecimento. Nesse sentido, podemos reconhecer que, sem a época de que 1290 é um ano central, talvez Portugal não tivesse chegado a ser o que depois foi. Por outro lado, como o demonstram todos os capítulos do nosso tríptico dedicado à Baixa Idade Média (1385, 1290 e 1179), o Portugal medieval é um país muito diferente daquele que julgamos conhecer. A merecer, portanto, uma leitura atenta e maravilhada.

—RUI TAVARES

INTRODUÇÃO

A escolha do ano de 1290 como tema de um dos três capítulos que ilustram o período medieval nesta coleção pode, à partida, surpreender. De facto, esta data não assinala qualquer feito militar ou político significativo, capaz de, por si só, congregar o potencial explicativo de uma época, como acontece, por exemplo, com a conquista cristã do vale do Tejo em 1147; a viabilidade de um reino independente em 1385; ou o início da expansão portuguesa simbolizada pelo ano de 1415. Também não se procurou fazer dele um ano típico, como paradigma de um intervalo de tempo considerado «normal» na vida dos portugueses durante a época medieval, ainda assim passível e desejável de ser revisitado, analisado e explicado.

Em bom rigor, o ano de 1290 cruza um pouco destas duas dimensões. Sem ter dado lugar a acontecimentos-charneira como aqueles já referenciados, também não é possível afirmar que foi um ano igual aos outros. Como seria de esperar, esta data surge associada, de forma praticamente unânime — tanto na historiografia como na literatura de divulgação de maior ou menor rigor — ao processo de fundação da universidade em Portugal. Na tentativa de encontrar um acontecimento marcante, dotado de carga histórica capaz de agregar explicações em torno de um momento e de uma época, este seria indubitavelmente o escolhido.

Contudo, a factologia passível de ser organizada, decorrente das informações legadas por uma historiografia moderna que

sempre acentuou as dimensões estamentais superiores da sociedade (coroa, Igreja e nobreza), revela-se mais rica. Restrinja-se a enumeração a dois dos acontecimentos mais conhecidos: no dia 3 de janeiro, D. Dinis vê nascer a sua filha primogénita, a infanta D. Constança, que virá a ser rainha de Castela; no verão seguinte, a 30 de junho, em Coimbra, é levantado o interdito (eclesiástico) do reino, que vigorava há quase um quarto de século.

Acaba por não ser tão importante descortinar se estes factos — tornados históricos pela atenção que lhes foi dedicada por autores antigos e modernos, que procuraram reconstituir a história medieval portuguesa — correspondem, afinal, àquilo que se poderia considerar como representativo da vida dos portugueses. Certamente o foram, pois cada um deles constituiu, à sua maneira, um acontecimento de exceção. Importa, sobretudo, ter a consciência de que os eventos ocorridos durante esse período tiveram um forte impacto sobre todos aqueles e aquelas que os viveram. Para o rei D. Dinis, por exemplo, o parto da sua filha foi certamente uma ocasião de alegria, embora tivesse tido de esperar pelo ano seguinte para ver finalmente assegurada a continuidade dinástica, com a vinda ao mundo de um filho varão, o infante D. Afonso. Para os menos privilegiados, esses nascimentos não deixaram de significar um momento de festa. Porém, mais do que o regozijo, muitos deles sabiam que o crescimento dos infantes e infantas originava, na maior parte dos casos, a necessidade de uma ajuda monetária, uma vez chegado o tempo do casamento de cada um deles. Para estes, preocupados com a labuta de todos os dias e com o que viria depois, importou mais o levantamento do interdito e o normal retomar da vida religiosa, interrompido pelo longo silêncio dos sinos e dos clérigos encarregados de conduzir os fiéis à salvação eterna.

Nunca poderemos fazer sobre tais acontecimentos uma abordagem definitiva e pretensamente verdadeira, no sentido

positivista do termo, dado que o seu conhecimento decorre, quase sempre, de uma mediação, baseada no testemunho daqueles que deles fizeram memória, tanto nos atos que os poderes envolvidos mandavam celebrar, como nos discursos construídos sobre o seu significado. Do mesmo modo, foram e são diversas as perspetivas de observação e de interpretação daqueles que — por dever do ofício ou por mero prazer — procuraram estudá-los e dissecá-los, na ânsia de encontrar um sentido, uma coerência das causas, quando se conhecem apenas os resultados. Com efeito, esta tríade de factos acaba por ter um valor diferente em função das abordagens. Serão, por um lado, importantes para aqueles que procuram caracterizar as grandes figuras e os grandes acontecimentos, uma vez que aduzem factos sobre a família do monarca, sobre uma das mais importantes fundações culturais do reino e ainda sobre o levantamento do interdito e o seu impacto nas vivências individuais e coletivas. Para outros, eventualmente mais interessados na caracterização dos processos mentais e societários daquela época, os factos exemplificados subalternizam o estudo grupal, por exemplo, dos comportamentos desses mesmos não-privilegiados e das suas relações com os restantes estratos sociais.

Coloca-se, portanto, a questão: perante a variedade destas opções, por que perspetiva enveredar? A via da análise, de forma praticamente unívoca e monográfica, dos grandes acontecimentos? A abertura a um esclarecimento mais cabal do que seriam as vivências e os quotidianos, tanto quanto possível através do olhar daqueles que então os viveram? Ceder à tentação de abordagens globalizantes, tão ao gosto de umas das mais pujantes correntes historiográficas atuais? A escolha não foi fácil. Contudo, aos olhos dos autores deste capítulo — especialistas em temáticas nem sempre convergentes, e ainda limitados pelo espaço de escrita que lhes foi outorgado, bem como pela

impossibilidade de tudo dizer — rapidamente se delineou o caminho a seguir: o da conciliação de perspetivas, de escalas e de pontos de observação necessariamente diferentes.

O desafio principal foi o de compaginar a perspetiva micro — perscrutar o ano «à lupa» — e flexibilizar o ângulo de visão, avançando e recuando no tempo, de modo a possibilitar explicações mais circunstanciadas. E porque o referido ano de 1290 não beneficiou de um acontecimento capaz de tudo sintetizar, as diversas contribuições do capítulo constituem o mote para abordagens mais genéricas.

Rapidamente o leitor se aperceberá de que este ano, afinal, fez parte de um período de charneira da história de Portugal. Nesse final do século XIII, em que se assiste a um notável desenvolvimento urbano, económico e comercial, particularmente evidente na cidade de Lisboa, D. Dinis alcança, graças a um quadro peninsular propício, o definitivo reconhecimento das fronteiras do reino, ao mesmo tempo que dá continuidade ao processo, iniciado pelos seus antecessores, de afirmação institucional da coroa, à custa, porém, de descontentamentos e oposições, como se tornou patente na guerra civil que o opôs, mais tarde, ao infante herdeiro (1319-1324).

A primeira contribuição do presente capítulo abre espaço à dimensão «diplomática» deste período. Ao procurar apreender as grandes linhas das ligações do monarca com o exterior, Tiago Viúla de Faria permeabiliza o inquérito à herança afonsina na sociedade política e às grandes conjunturas, colocando a figura do rei naquilo que foi a sua projeção internacional e dinâmica político-administrativa nacional. Com efeito, nesse final do século XIII — e por maioria de razão nos inícios da centúria seguinte —, D. Dinis foi um dos mais respeitados monarcas da cristandade. E, para isso, nem é preciso evocar demoradamente o seu papel de mediador, em 1304, no conflito entre Castela e Aragão, nem

o facto de ter sido um dos primeiros reis lembrados em todas as igrejas de Avinhão, depois de o papa João XXII ter recebido a notícia da sua morte, algures durante o inverno de 1325.

Essa ligação do reino com o exterior encontra-se igualmente na abordagem proposta por Mário Farelo sobre a fundação do Estudo Geral de Lisboa, resultado de um processo que culminou precisamente em 1290. Criado para oferecer uma alternativa a quem não queria ou não podia estudar no estrangeiro, o seu estabelecimento em Lisboa constituiu o ponto alto desse ano. Urge, pois, nesse sentido, proceder à contextualização e à descrição dos seus processos constitutivos e dos seus variados impactos, tanto na cidade, como no reino que o acolheu.

Se a abertura às mais latas conjunturas e ao inquérito aos factos mais marcantes do ano se revela essencial, também não é menos importante a abordagem de recorte mais micro. Com efeito, a figura de D. Dinis, com um reinado de 46 anos, um dos mais longos reinados da primeira dinastia — somente ultrapassado pelos fundadores das duas dinastias medievais: o de D. Afonso Henriques, com a duração de 57 anos, e o de D. João I, com 48 anos —, é transversal, ou é o tema central, da maior parte das contribuições deste capítulo. Haveria múltiplas temáticas passíveis de tratamento em relação a este rei, da economia e fiscalidade às relações nem sempre cordiais com a nobreza e com o clero, mas privilegiou-se em grande medida a vertente cultural, pois esta é geralmente assumida como um dos traços característicos desta figura, e mobilizadora de argumentos explicativos e contextualizantes, por exemplo, para a própria fundação universitária.

A responsabilidade de dar conta das tendências culturais desta época no meio cortesão coube a Manuel Pedro Ferreira. Com um texto que congrega escritas de diversas épocas — uma carta ficcionada do rei, em escrita da época, comentada por um

editor do século XIX —, o autor propôs um caminho tão inusitado quanto estimulante pelo ambiente social, e sonoro, da corte de D. Dinis e dos seus apaniguados.

Centrada na figura régia, a economia do capítulo não podia menosprezar a família e a memória do monarca. Uma e outra foram perspectivadas por via da tumulária régia, em que o sepulcro — monumento objeto de fruição — também é documento. A partir de uma análise que cruza história e arte, Joana Ramôa Melo e Giulia Rossi Vairo interrogaram-se sobre o que o rei e a sua mãe pensavam — ou como outros interpretaram o que eles pensavam — acerca do significado da sua vida e da memória após a morte, esta última perenizada na pedra. Os percursos sugeridos pelos túmulos de D. Beatriz Afonso e do seu filho D. Dinis pretendem visitar espaços específicos de memória régia como os mosteiros cistercienses de Santa Maria de Alcobaca e de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas, mas também conhecer formas de representação que espelham desejos e vontades, tanto de homens como, sobretudo, de mulheres.

Em cada um dos textos procurou-se fazer *falar* os documentos. A escolha de fontes de informação diversificada foi deliberada e, sem dúvida, a contribuição de diplomas régios e pontifícios, de tratados, de fragmentos musicais e de túmulos, entre outros, enriqueceu o trabalho. Recuperaram-se fontes há muito conhecidas, como os documentos relacionados com os inícios do Estudo Geral e sobremaneira trabalhados pelas sínteses levadas a cabo sobre a história medieval da universidade portuguesa. Deu-se conta das investigações recentes e inovadoras em torno da cultura musical dionisina e dos monumentos funerários associados às memórias de reis e rainhas.

A seleção temática derivou igualmente de considerandos de carácter historiográfico, na sequência do reavivamento do político e da reabilitação da biografia como legítimo discurso

histórico desde as últimas décadas do século XX. Mas também, e sobretudo, do esforço atual em perspetivar a globalidade dos fenómenos a partir das interligações cada vez mais habituais da história com outras ciências, aqui patenteadas através da história da arte ou da musicologia.

Sobre a figura de D. Dinis, transversal ao capítulo, recai um olhar positivo, que foi plenamente assumido. Como sublinhado pelo mais recente biógrafo do monarca, José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, o reinado de D. Dinis teve geralmente, ao longo do tempo, um bom acolhimento e um julgamento muito favorável da parte daqueles a quem coube a tarefa de historiar a sua vida e escrutinar as suas ações.

Não foi intenção dos autores discutir ou contrapor estas visões. Contudo, não se deixou de criticar ideias feitas, como a condição, na altura, de Lisboa como capital. Outras críticas ficaram por fazer, como à indicação de 1290 como data para a afirmação da língua portuguesa como língua oficial do reino. Constante de incontáveis textos de divulgação, trata-se, com efeito, de uma distorção, porquanto a mudança do latim para o português nas práticas escriturais do reino resultou não de uma decisão momentânea ou pontual, mas de um mais longo processo no tempo, aliás já estudado.

Quanto ao aparato crítico, numa obra deste teor, este foi reduzido ao mínimo, remetendo-se para a bibliografia em final de capítulo os trabalhos que suportaram a(s) análise(s). Cremos que o leitor poderá aí encontrar os devidos abonos para o que foi explanado ao longo das secções.

No cômputo geral, procurou-se chamar a atenção para elementos que pudessem ilustrar, ainda que por meros *flashes*, o que seria a vida em 1290, com um enfoque particular no rei, na corte régia e na cidade de Lisboa, onde o Estudo Geral se veio instalar, mas aberto ao conjunto do reino e mesmo para além deste.

NOTAS BIOGRÁFICAS

PEDRO BARROS (Lisboa, 1975) trabalha na salvaguarda, investigação e divulgação do património arqueológico, em particular no Algarve, e em arqueologia náutica e subaquática. Com Samuel Melro, é co-responsável do Projecto ESTELA, cuja investigação sobre a Idade do Ferro e a escrita do sudoeste envolveu prospecções e escavações arqueológicas em Almodôvar e Loulé, bem como as exposições «A Vida e a Morte na Idade do Ferro» e «Quem nos Escreve desde a Serra». É autor e co-autor em revistas e encontros científicos de âmbito nacional e internacional.

MARIA FILOMENA COELHO (Matosinhos, 1964) é, neste volume, autora da secção «De 1179 a 1128: retracando os limites da nossa história». Licenciou-se em História, em 1987, na Universidade de Brasília, e doutorou-se em História Medieval pela Universidad Complutense de Madrid, em 1993, com a tese *Expresiones del poder feudal: el Císter femenino en León (siglos XII-XIII)* (León, Secretariado de Publicaciones, 2006). Leciona História Medieval na Universidade de Brasília.

FERNANDO BRANCO CORREIA (Lisboa, 1958) doutorou-se com uma dissertação sobre fortificações e guerra no ocidente do al-Andalus. Formou-se em Língua Árabe na Tunísia. Foi comissário científico da exposição «Yabura: Évora islâmica» (2015). A obra *Elvas na Idade Média* granjeou-lhe o Prémio Pedro Cunha Serra em 2014. Na Universidade de Évora, tem leccionado História de al-Andalus, História do Mundo Islâmico, Introdução à

Língua e Caligrafia Árabe e Introdução à Arquitectura do Mundo Islâmico (em colaboração).

MÁRIO FARELO (Lisboa, 1975) doutorou-se em História Medieval na Universidade de Lisboa (2009). É investigador contratado do projecto VIN-CULUM. Membro integrado no Instituto de Estudos Medievais, investiga a história da Lisboa medieval, assim como a história eclesiástica, urbana, diplomática e cultural do reino de Portugal na Idade Média.

TIAGO VIÚLA DE FARIA (Lisboa, 1978). Investigador no Instituto de Estudos Medievais (UNL-FCSH). Leccionou História de Inglaterra e da Europa medieval nas universidades de Oxford, Kent e Canterbury Christ Church (RU). Estuda o papel da diplomacia na política portuguesa antes do período moderno.

LÍDIA FERNANDES (Vila Pouca de Aguiar, 1965) licenciou-se em Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e obteve o grau de mestre em História da Arte pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. É doutoranda na Universidade de Coimbra e integra o Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património (CEAACP-UC).

Arqueóloga na Câmara Municipal de Lisboa desde 1989, tornou-se coordenadora do Museu de Lisboa – Teatro Romano em 2010, funções que actualmente desempenha sob gestão da EGEAC.

De entre os seus vários livros e artigos publicados, destacam-se os estudos sobre arquitectura romana, arqueologia urbana e intervenções arqueológicas realizadas no território nacional, em especial no teatro romano de Lisboa, além dos trabalhos resultantes do projecto de investigação sobre «História dos jogos em Portugal».

PAULO ALMEIDA FERNANDES (Lisboa, 1974) doutorou-se em História da Arte pela Universidade de Coimbra (2017), com a tese *Matéria das Astú-*

rias. Rítmicos e realizações da expansão asturiano-leonesa pelo actual centro de Portugal (séculos VIII-X), tendo concluído mestrado em Arte, Património e Restauro (2002) e licenciatura em História, Variante de História da Arte (1997) na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Membro integrado do Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património (Universidade de Coimbra) e colaborador do Instituto de Estudos Medievais (Universidade Nova de Lisboa), tem centrado a sua investigação na história da alta Idade Média, nos «caminhos de Santiago» em Portugal e na história de Lisboa. Foi relator da proposta para a inclusão dos Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago de Compostela na lista indicativa de Património Mundial apresentada por Portugal (2015).

MANUEL PEDRO FERREIRA (Lisboa, 1959). Estudou em Lisboa e na Universidade de Princeton, onde se doutorou em Musicologia. Em 1995 fundou o grupo de música antiga Vozes Alfonsinas e, desde 2005, coordena o Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical. Membro da Academia Europaea e da Sociedade Internacional de Musicologia.

AMÍLCAR GUERRA (Penha de Águia, 1953) é doutor em História Clássica, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, investigador da UNIARQ e do Centro de História. Estuda a história antiga e arqueologia da Hispânia, em particular a documentação epigráfica, as escritas, línguas e culturas pré-romanas do Ocidente peninsular e o impacto da presença romana. Co-dirigiu escavações no santuário de Endovélico (Alandroal), em Mesas do Castelinho (Almodôvar) e na cidade romana de Ammaia (Marvão).

SANTIAGO MACÍAS (Moura, 1963) é técnico superior da administração local desde 1986. Doutorou-se em História pela Universidade de Lyon. Foi vereador (2005-2013) e presidente (2013-2017) da Câmara Municipal de Moura. Investigador do Campo Arqueológico de Mértola, foi docente em diversas universidades. Comissariou exposições e tem obra publicada no domínio da história do período islâmico em Portugal. Foi agraciado com

o Prémio Rómulo de Carvalho em 2001 e é Cidadão Honorário da Ribeira Grande de Santiago (Cabo Verde).

MIGUEL GOMES MARTINS (Lisboa, 1965) é, neste volume, autor da secção «A guerra na formação do reino de Portugal». Mestre e doutor em História pela Universidade de Coimbra, escreveu os livros *De Ourique a Aljubarrota, Guerreiros medievais portugueses, A arte da guerra em Portugal, Guerreiros de pedra e 1147: a conquista de Lisboa na rota da Segunda Cruzada*. É investigador do GEO e do IEM – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, onde ensina História da Guerra na Idade Média.

RUI MATALOTO (Redondo, 1975) é mestre em Pré-História e Arqueologia pela Faculdade de Letras de Lisboa, sendo arqueólogo municipal de Redondo. Actualmente desenvolve a sua investigação entre a pré-história e a época romana, em particular na transição da Idade do Bronze para a Idade do Ferro e na emergência e consolidação da sociedade rural no segundo quarto do primeiro milénio a.C. no Alentejo, resultado de mais de uma dezena de escavações. Coordena trabalhos arqueológicos em parceria com universidades americanas e colegas portuguesas.

JOANA RAMÔA MELO (Beja, 1983). Mestre e doutora em História da Arte Medieval pela UNL, bolsista de pós-doutoramento FCT, investigadora integrada do IHA (NOVA FCSH) e do Instituto de História (CSIC, Madrid) e colaboradora do IEM (NOVA FCSH). Áreas de especialização: escultura tumular, comemoração fúnebre, iconografia medieval e estudos de género.

MARIA DO ROSÁRIO MORUJÃO (Porto, 1965) é, neste volume, autora da secção «Coimbra em 1179». Licenciou-se em História em Coimbra e fez o mestrado no Porto. É docente na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde se doutorou com a tese *A Sé de Coimbra: a instituição e a chancelaria (1080-1325)* (Lisboa, FCG/FCT, 2010). É investigadora do CHSC, da Universidade de Coimbra, e do CEHR, da Universidade Católica Portuguesa.

LEANDRO RUST (Teixeiras, Brasil, 1981) é, neste volume, autor da secção «Quando o reino revelou o rei: o Papado e a formação de Portugal». Licenciado e mestre em História, doutorou-se na Universidade Federal Fluminense com a tese *Colunas de São Pedro: a política papal na Idade Média central* (Editora Annablume, 2011). É professor na Universidade de Brasília e autor, entre outras obras, de *Bispos guerreiros: violência e fé antes das cruzadas* (Editora Vozes, 2018).

GIULIA ROSSI VAIRO (Roma, 1971). Licenciada e mestre em História da Arte Moderna por La Sapienza Roma, doutora em História da Arte Medieval pela UNL, bolsista de pós-doutoramento FCT e investigadora do Instituto de Estudos Medievais. As suas áreas de estudo: relações históricas, culturais e artísticas entre Itália e Portugal; história do colecionismo; tumulária-medieval.

CRÉDITOS

- 81, 82, 84, 86, 88:** José Custódio Vieira da Silva (© Imago)
- 86:** Antonio Herrera Casado, *Monasterios Medievales de Guadalajara*, 1997
- 97:** *O estudo da sigilografia medieval portuguesa*, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (1983, n.º 347, p. 258, figs.: pp. 272-3)
- 102:** IHRU – SIPA 0050739 (1949)
- 121:** ANTT, Bulas, maço 16, n.º 20
- 133, 207:** Wikimedia Commons
- 163:** AML, Livro 1.º de Místicos de Reis, n.º 3
- 170:** Museu Arqueológico do Carmo
- 185:** (A.H. de Oliveira Marques e João José Alves Dias, Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar Português, Lisboa, CEH / FCT. 61)
- 189:** (ANTT, Núcleo Antigo, 393)
- 306:** Imagem obtida em 2016. Propriedade do Centro de Documentação do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas, C.M. Sintra.
- 437, 466, 481, 488:** Lídia Fernandes
- 459, 460, 473:** José Avelar (Museu de Lisboa)
- 469:** Carlos Loureiro (Museu de Lisboa)
- 489:** <https://zap.aeiou.pt/descoberta-em-jerusalem-moeda-excepcional-do-tempo-do-imperador-nero-129915>
- 502:** <https://www.bbc.com/news/uk-england-london-36415563> (accedidos a 29 de Dezembro 2018)
- 526:** Estela do Monte da Portela, a partir de Vasconcelos, 1934; Beirão, 1986; Untermann, 1997 (fotografia de Hélio Ramos)
- 527:** *Apud* Caetano de Melo Beirão (1986), *Une civilisation protohistorique du sud du Portugal*
- 577:** *Apud* José Antonio Correa (1993), *El signario de Espanca (Castro Verde) y la escritura tartesia*

portugal,
uma retrospectiva
1290-500_{a.f.}

foi impresso em papel CoralBook
de 80 gramas, na Eígal, Indústria
Gráfica, no mês de Outubro de 2022.

